

A INSERÇÃO DO CONCEITO SOCIAL DE RELAÇÕES DE GÊNERO NAS ESCOLAS BRASILEIRAS A PARTIR DO CURRÍCULO

Nivalda Mércia de Oliveira; Marilúcia Maria da Silva; Vilma Cleucia de Macedo Jurema Freire

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, doutoramentos@fsh.unl.pt

Resumo: Este artigo vem enfatizar a necessidade de vivência sobre temas relacionados às relações de gênero nas escolas brasileiras, inserindo este conceito social, trazendo a necessidade de incluir esta temática nos currículos escolares. Destaca ainda dados importantes de estudo feito na Escola de Referência em Ensino Médio do município de Panelas – Pernambuco, que se apresentam de forma qualitativa e quantitativa. As abordagens sobre o conceito de gênero, referenciam os teóricos Guacira Louro, Joan Scott, Cláudia Vianna, Sandra Unbehau, Branca Alves, Nivalda Oliveira, e traz o conceito de currículo a partir de Michael Apple, Arroyo, entre outros. O intuito é mostrar que os estudos sobre gênero podem instigar o cidadão a conhecer e compreender a necessidade deste trabalho sobre relações de gênero para a formação cultural do cidadão, e que desta forma, ao inserir no currículo escolar trará consigo apenas vantagens para a construção de uma cidadania pelo viés do conhecimento cultural, de modo geral.

Palavras-chave: relações de gênero, educação, currículo.

INTRODUÇÃO

O conceito de gênero vai além do conhecimento empírico pertencente a grande parte da sociedade, o qual se restringe como um simples sinônimo de sexo, feminino e masculino. Na busca de uma abordagem mais ampla sobre tal conceituação é interessante relacionar as ideias atribuídas pelas ciências sociais e pela psicologia, estas, asseguram que gênero é um termo utilizado para diferenciar socialmente as pessoas, considerando os padrões histórico-culturais que são atribuídos para o sexo feminino e o masculino. Dessa forma, o gênero refere-se às características advindas de experiências da vida humana, ou seja, a maneira como o indivíduo se identifica ou se autodetermina, ficando claro a independência do sexo e tornando relevante o papel que esse indivíduo exerce socialmente e como ele se reconhece.

Segundo Branca Alves (1985, p.10) “na Grécia a mulher ocupava posição equivalente à do escravo no sentido de que tão-somente estes executavam trabalhos manuais, extremamente desvalorizados pelo homem livre. Em Atenas ser livre era, principalmente, ser homem e não mulher, ser ateniense e não estrangeiro, ser livre e não escravo”. É importante notar que, na antiguidade, a mulher não tinha acesso à educação intelectual e à participação em questões públicas, tendo assim, que omitir seus pensamentos políticos, sociais e culturais. Ao invés disso, a mulher estava estritamente relacionada à serviços domésticos, à reprodução e à serviços que acarretassem na garantia da sustentabilidade do homem.

Frente à realidade da sociedade brasileira, percebe-se um significativo avanço, quando diz respeito às relações de gênero, desde a elaboração da Constituição Federal de 1988 que

garante a igualdade e a defesa dos direitos atribuídos a todos independente de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. A ocorrência desse fato, assegurou a importância da participação da mulher na sociedade, assim como a do homem. No entanto, ainda com este avanço, a sociedade brasileira ainda não tem um embasamento cultural suficiente para impulsionar, às sucessivas gerações, o discernimento sobre relações de gênero e diversidade sexual. Desta forma, a inserção dos conceitos de gênero e diversidade sexual nas escolas brasileiras seria uma alternativa relevante para ajudar nesse desenvolvimento, uma vez que, estes conceitos estão relacionados com a construção social, histórica e cultural do indivíduo sendo estes, motivos suficientes para que sejam abordados em sala de aula.

A escola é uma instituição a qual lhe é atribuído um grande valor na construção da identidade do indivíduo, além da função de instruir, desta forma, a inserção dos conceitos de relações de gênero e diversidade social nas Diretrizes Curriculares de cada estado proporcionará uma certa homogeneidade na tentativa de abordar tais conceitos de maneira não preconceituosa, sendo importante ressaltar que a escola trata-se de um ambiente que acolhe indivíduos de diferentes contextos culturais e que o indivíduo não deixa sua sexualidade fora do ambiente escolar. Sendo aplicada esta inserção nas Diretrizes Curriculares, acarretará em professores comprometidos com uma prática pedagógica capaz de promover uma educação igualitária.

Sentindo-se a necessidade de discutir Gênero nas escolas houve a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), entre os anos de 1995 e 1997, buscando orientar os currículos existentes nos ensinos fundamentais e médios em todo o Brasil. Estes parâmetros, de forma sucinta, têm capacidade de inclusão do gênero na educação, atuando como um auxílio na construção e sustento dos direitos e deveres do indivíduo, na educação e na sociedade, desde sua infância até a sua fase adulta. Mesmo os PCN's tratando-se de um "importante instrumento de referência para a formação e atuação de professores em sala de aula, estudos vêm demonstrando que poucas escolas os incorporam na prática. Dentre os motivos apontados está o distanciamento entre a orientação proposta e o contexto escolar existente" (VIANNA & UNBEHAUM, 2006, p. 420-421).

A fim de garantir percepções mais qualificadas e próximas da realidade de docentes de escolas públicas brasileiras, serão analisadas entrevistas feitas à educadores da Escola de Referência em Ensino Médio do município de Panelas, e questionários aplicados a estudantes da mesma escola, situada no agreste pernambucano. Estas entrevistas foram realizadas pela doutoranda Nivalda Mércia de Oliveira como uma parte importante na produção de sua

dissertação de mestrado e serão de extrema importância para proporcionar veracidade dos fatos relacionados à necessidade de inserir as relações de gênero e diversidade sexual nas escolas brasileiras, a partir da inserção desta temática em currículos escolares.

OBJETIVOS

Enfatizar, através de uma forte revisão bibliográfica, a sede pela real inserção do conceito social de gênero e diversidade sexual em todas as escolas do território nacional. Além disso, enfatizar a importância dessa inserção a partir dos currículos, uma vez que, ao contrário de diversas aplicações de fatores distintos que acarretam em vantagens e desvantagens, esta, trará consigo apenas vantagens para a construção de uma cidadania pelo viés do conhecimento cultural, de modo geral.

METODOLOGIA

Realização de uma revisão bibliográfica narrativa e sistemática, considerando que serão apresentadas e analisadas, qualitativamente e quantitativamente, entrevistas feitas à educadores e questionários aos educandos da Escola de Referência em Ensino Médio de Panelas – EREMPA, durante os meses de outubro e novembro de 2011 foram aplicados os questionários e nos meses de março e abril do ano de 2012, foram feitas as entrevistas.

DISCUSSÃO TEÓRICA

Na atenção básica, um dos desafios é inserir, de maneira correta e indistinta, o verdadeiro conceito de gênero e diversidade sexual nas escolas, buscando uma abordagem consciente, clara e efetiva. Devido tamanha ausência de tal abordagem, ainda existe quem cultive a relação entre gênero e sexo biológico, no entanto, Louro (1997) diz

Assim, gostaria de privilegiar aqui o conceito de gênero não ligado ao desempenho de papéis masculinos ou femininos, mas sim ligados à produção de identidades – múltiplas e plurais – de mulheres e homens no interior de relações e práticas sociais (portanto no interior de relações de poder) (...) Nesse sentido, a escola, como um espaço social que foi tornado, historicamente, nas sociedades urbanas ocidentais, um locus privilegiado para formação de meninos e meninas, homens e mulheres é, ela própria, um espaço generificado, isto é, um espaço atravessado pelas representações de gênero (p. 77).

É possível notar que gênero, segundo a definição de Guacira Louro, torna o sexo biológico independente do contexto social e cultural do indivíduo, diferentes culturas acarretam em diferentes comportamentos para homens e mulheres, assim a construção das

diversas sociedades tem uma forte relação com o conceito de gênero em si, pois, a sociedade progredirá de acordo com a cultura adquirida dos indivíduos, podendo estes, auxiliar no desenvolvimento do progresso ou na decadência social. Sabendo dessa forte influência na construção de uma sociedade, é inteiramente positivo abordar relações de gênero nas escolas, sendo a educação um meio bastante eficaz no sentido de apresentar considerações adequadas para o homem e para a mulher.

O sexo, segundo Camurça e Gouveia (2000, p. 11), está se referindo aos aspectos físicos, biológicos de macho e fêmea, aquelas diferenças que estão nos nossos corpos e que não mudam radicalmente, apenas de desenvolvem de acordo com as etapas das nossas vidas. Estes, ainda afirmam que “o conceito de gênero se refere às relações entre mulheres e homens, mulheres e mulheres, homens e homens. Todas essas relações criam várias desigualdades, fazendo com que alguns tenham mais poder sobre outros, sejam considerados mais importantes e respeitados na sociedade. Isto também faz com que algumas pessoas tenham mais liberdade, igualdade e oportunidade para se desenvolver do que outras” (Camurça e Gouveia, 2000, p. 13).

Trazendo as relações de gênero para o contexto escolar, Nogueira (2010 p.17) defende que “o papel da mulher vem mudando no decorrer dos tempos em vários campos, principalmente no mercado de trabalho, na educação e na política. À educação compete deixar claro que tanto o homem quanto mulheres têm os mesmos direitos e deveres, sempre deixando o preconceito e a discriminação de lado ao realizar a abordagem. Vê-se o tanto que se faz necessário que o educador tenha uma metodologia pedagógica que contribua de forma efetiva a promover uma educação igualitária”. A questão da educação igualitária tornou-se de extrema importância nos dias atuais, por mais que não seja nitidamente aplicada, mas é cobrada com mais fervura.

Em sociedades onde a figura feminina era menosprezada, no final do século XVIII, havia o desejo de revolução na reivindicação por direitos igualitários independente do sexo, exatamente nessa época acontecia a Revolução Francesa que defendia os princípios de *Liberté, Égalité e Fraternité*. Em meio a toda essa efervescência política e social na França, sendo capaz de impactar todo o continente europeu, haviam posturas fortemente conservadoras, como por exemplo Jean-Jacques Rousseau, afirmando que:

Em tudo o que não depende do sexo, a mulher é homem: tem os mesmos órgãos, as mesmas necessidades, as mesmas faculdades; a máquina é construída da mesma maneira, as peças são as mesmas, o funcionamento de uma é o mesmo da outra, a

figura é semelhante, e, sob qualquer ângulo que os consideremos, só diferem entre si do mais para ao menos (ROSSEAU, 1995, p. 490 apud STRECK, 2008)

Visando abordar relações de gênero no ensino escolar, têm-se como sugestão tratar temas como a inferiorização feminina ao longo dos anos, tentando, não de maneira feminista, mas de forma igualitária, mostrar a importância da participação feminina na sociedade, na cultura, na política e na economia.

Os autores Hall (1997) e Meyer & Cols. (2006) definem educação como um “conjunto articulado de processos pelos quais indivíduos são transformados ou se transformam em sujeitos de uma cultura, e que envolvem um complexo de forças e de instâncias de aprendizagens nas quais se incluem uma infinidade de instituições e lugares pedagógicos, para além da família e da escola; destacam-se, dentre elas, os meios de comunicação de massa. Nessas perspectivas, educar é teorizado e problematizado como um processo social que, para além de instruir ou informar, está envolvido com a produção de identidades culturais”. O espaço escolar é constituído por diferenças com relação a raça, sexo, cor e idade dos componentes, dessa forma, está longe de ser um ambiente homogêneo, o que não significa que deve ser visto como um fator negativo, pelo contrário, deve ser visto como uma motivação para implantar regras internas na escola, que de certa forma, ali, naquele ambiente, todas essas diferenças deverão adormecer, buscando-se sempre a harmonização, o tratamento igualitário. Na implantação dessas regras internas, a questão de relações de gênero deve ser debatida e enfatizada, tornando algo natural na convivência escolar.

Segundo NOGUEIRA (2010, p. 19), os espaços escolares “recebem inúmeras crianças de vários níveis sociais, religião, etnia, orientação sexual, culturas, entre outros, uma diversidade de sujeitos e, no entanto, não há tempo, profissionais preparados e materiais adequados para desenvolver sequer as disciplinas obrigatórias, que dirá os temas transversais, como da sexualidade”.

De acordo com NOGUEIRA (2010, p. 16) “justifica-se assim a importância do tratamento de questões relacionadas às relações de gênero e diversidade sexual durante o processo de ensino aprendizagem, pois a escola não pode mais simplesmente encaminhar ou marcar horário para tratar destas questões, cabe a ela se aprofundar em conhecimentos científicos historicamente construídos e através de discussões e reflexões oportunizar a mudança de atitudes a todos/as os/as sujeitos envolvidos na educação. No entanto, percebe-se que o/a educador/a tem uma posição de fuga de sua responsabilidade, de aprofundamento de estudos acerca de temas que não condizem especificamente com seus conteúdos disciplinares, como se a educação só se restringisse ao conteúdo específico de cada área do conhecimento”.

Os currículos escolares devem assegurar a inserção de ideias relacionadas à diversidade sexual e relações de gênero deve, por mais que já existam “no papel”, como é o caso da existência dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), um documento de extrema relevância, no entanto, “estudos vêm demonstrando que poucas escolas os incorporam na prática. Dentre os motivos apontados está o distanciamento entre a orientação proposta e o contexto escolar existente” (Vianna & Embehaum p. 420-421).

Do latim, *curriculum*, significa caminho, trajeto, percurso, pista ou circuito atlético. Segundo (HAMILTON, 1992 APUD OLIVEIRA, 2012), datam do século XVI, os registros históricos de quando, e em que circunstância, aparece, pela primeira vez, a palavra *curriculum* aplicada aos meios educacionais. Tais registros evidenciam que currículo esteve ligado à ideia de “ordem como estrutura” e “ordem com sequência”, em função de determinada eficiência social. Devido a transformações da sociedade, partindo de um regime feudal para um regime capitalista, surge a necessidade de pessoas mais preparadas para esse novo sistema, a criação do currículo iria orientar estas pessoas para que soubessem exatamente o que deveria ser feito e como deveria. A afirmação de Apple (1982, p. 107), condiz com essa ideia quando diz que “o interesse dos primeiros teóricos a estruturarem o currículo estavam na preservação do consenso cultural e, ao mesmo tempo, em destinar aos indivíduos ao seu ‘lugar’ adequado numa sociedade industrial independente”.

Segundo Lopes (2010, p.13 APUD OLIVEIRA, 2012), as primeiras preocupações com o currículo, no Brasil, datam dos anos de 20. Desde então, até a década de 1980, o campo foi marcado pela transferência instrumental de teorizações americanas. Essa transferência centrava-se na assimilação de modelos para a elaboração curricular, em sua maioria de viés funcionalista, e era viabilizada por acordos bilaterais entre os governos brasileiro e norte-americano dentro do programa de ajuda à América Latina. O currículo do século 21 tem um novo formato, para formar jovens para uma nova realidade, onde se faz necessário o respeito pela individualidade do outro ser, sendo assim, faz-se necessário discutir temas como relações de gênero nas escolas a partir da formação e inserção de um novo currículo, como defende Fernandes (2007), a escola exerce um papel fundamental na formação de crianças e adolescentes, sendo esta, considerada uma das principais instituições de socialização de nossa época. Atualmente, a escola não se resume a aprender técnicas e saberes, vai muito além disso, chegando a ser capaz de auxiliar diretamente na construção de valores, assumindo um papel tão importante como o familiar.

Arroyo (2008, p. 210) defende que “as grades são mais do que grades curriculares. Materializam hierarquias profissionais e laborais, legitimam e cristalizam concepções de

educação e de docente. Quando mexemos nela não conseguimos ficar de fora como pessoas ou trabalhadores. Igualizá-las pode roubar ou acrescentar tempos de trabalho e de salário, de deslocamento ou não de escolas. Mexem em nossas vidas, para além da docência. As grades curriculares e a distribuição de cargas horárias tão hierarquizadas e desiguais, legitimam hierarquias e desigualdades nos modos de viver a docência. Hierarquizam, até, uma cultura escolar e profissional”. Acarretando em uma geração de estudantes com dificuldade em ter uma visão totalizada do social e do conhecimento, provocando, conseqüentemente, impactos culturais, Arroyo diz que tais impactos:

não nasceram nas escolas, nem na categoria. Estão postos na sociedade. A mídia e os intelectuais, as diversas linguagens artísticas e a universidade debatem sobre o pensamento único, sobre a cultura, os valores e os saberes, que padecemos, que sufocam nossa sociedade. Cultura utilitarista e pragmática onde não há lugar para outros valores e saberes, outras opções e projetos de sociedade, de infância e de juventude ou de mulher, de ser humanos. (ARROYO, 2008, p. 212)

Segundo Roldão (2007), a função do professor tem sido historicamente associada a um conjunto de ambigüidades. Por um lado, esta função do professor foi historicamente muito associada a um saber que se detém e, porque se detém, se passa, se transmite. Essa conceitualização, que é talvez ainda a mais comum na representação social, torna-nos prisioneiros de um conceito de *ensino* como sinônimo de passagem de um saber. É este o conceito que se encontra nos alunos que chegam no ensino superior, provavelmente porque desde o início o interiorizaram desta forma, por meio das experiências de ensino que tiveram. Essa representação tem na história a sua justificação, porque em um tempo em que o saber era muito mais limitado do que é hoje, e em sociedades em que a sua difusão era escassa, é evidente que constituía o exclusivo de alguns e essa exclusividade do saber criou uma imagem de que só “ensina” quem detém esse saber, e que *ensinar* um saber significa *passá-lo*.

O déficit é por professores “completos” no sentido intelectual, profissional e cultural, por professores que utilizem a multidisciplinaridade para dar sentido e orientar a atuação competente dos futuros professores. “Mesmo estando inserido numa sociedade capitalista, onde predomina o poder de ter em detrimento aos que são desprovidos de riqueza, faz-se necessário observar e tratar a função do docente com um olhar mais humanizado e de valores, tendo em vista a importância do mesmo para a formação direta do educando, no diz respeito a conhecimentos científicos e construção cultural” OLIVEIRA (2012).

Ao desenvolver todo o contexto bibliográfico notou-se que a inserção efetiva de relações de gênero e diversidade sexual nas escolas é de extrema importância sim! A escola influencia na construção de valores básicos da criança e do adolescente, contribui

significativamente na formação de cidadãos capazes de construir uma sociedade quase ou totalmente isenta de preconceitos. Além de toda revisão literária, a fim de enxergar os fatos mais de perto, é interessante tratar com dados de pesquisa, pois a pesquisa, segundo Oliveira (2012) tem um “objeto geral de aquisição de conhecimento, assim como gerar ou avaliar teorias já existentes, resolver problemas práticos, pois é desta forma o caminho posto para o pesquisador, não aparecem de forma aleatória, mas sim a partir de inquietações no contexto em que o pesquisador está inserido, para possíveis construções e desconstruções de ideias e que a partir de suas compreensões já formadas no campo da educação, política, suas ideologias, e dessa forma este investigador amplia ou descarta estes linhas para que a partir de um novo entendimento metodológico possa desenvolver uma produção científica e chegar ao objetivo desejado, e que aponto na seguinte investigação: A discussão de Relações de Gênero a nível de Currículo e Prática Docente na Escola Estadual de Panelas”.

A pesquisa realizada pela professora M.a Nivalda Mércia de Oliveira teve o intuito de perceber a importância que se tem em trabalhar Discussões de Relações de Gênero dentro do Currículo e Formação Docente nas Escolas Estaduais de Pernambuco, com ênfase na Escola de Referência em Ensino Médio de Panelas. A investigação consistiu em questionários aplicados à 234 estudantes e entrevistas feitas à 05 educadores, sendo 03 professores, 01 coordenadora pedagógica e 01 gestora. Sendo assim, esta escolha acentua que o “universo da pesquisa ou da população da pesquisa, é o conjunto de elementos ou indivíduos que possuem as mesmas características”, (RICHARDSON, 1999).

A maioria dos alunos era do 2º ano (41,0%, 96 casos), do sexo feminino (53%, 124 casos), idade de 16 ou 17 anos (59,8%, 140 casos), a mãe e o pai possuem Ensino Fundamental completo/incompleto (39,5%, 92 casos e 60,3%, 132 casos). A coleta de dados iniciou-se através de um questionário aplicado no ano de 2011 e entrevistas realizadas no ano de 2012, nesta escola, sendo esta coleta, de caráter quantitativo e qualitativo.

Analisando as relações de gênero a partir das perspectivas dos estudantes, “observa-se que 67,6% (158 casos) discordam/discordam totalmente de que o trabalho sobre gênero seja grande na escola. Além disso, 61,9% (145 casos) dos alunos não acham que o trabalho sobre gênero na escola seja interesse da instituição. Acerca do tema proposto ser tratado com indiferença pela escola, 62,3% (146 casos) discorda/ discorda totalmente com tal afirmativa, porém é relevante observar que 31,6% (74 casos) concordaram que o tema gênero é tratado com indiferença pelos educadores. Com relação ao local onde começa o trabalho com gênero, 90,1% (210 casos) concordam que tal trabalho começa na própria família e ainda, 77% (180 casos) acreditam que tal trabalho é reflexo da sociedade. Acerca da dificuldade em tratarem

do tema em sala de aula, 64,6% (151 casos) dos alunos discordam/discordam totalmente de que haja dificuldade de trabalhar sobre gênero em sala de aula, além disso, 77% (180 casos) deles discordam que o trabalho sobre gênero seja ausente da escola como também 58,2% (136 casos) não concorda que haja ausência do poder público” OLIVEIRA (2012).

Ainda se percebe na análise “a distribuição dos fatores que provocam ausência do estudo sobre gênero a escola na percepção dos alunos. Através dela verifica-se que os fatores os quais os alunos consideram culpados pela a ausência do estudo de gênero são: Bullying (65,7%, 153 casos), intolerância/desrespeito (64%, 149 casos) e ausência de limites (61,6%, 144 casos). Ainda, verifica-se que os fatores que os alunos mais discordam que influenciam na ausência do estudo sobre gênero na escola são: falta de estrutura escolar (71,8%, 168 casos), professores desmotivados (70,1%, 164 casos) e fatores econômicos-sociais (57,3%, 134 casos)” OLIVEIRA (2012).

Em se tratando da distribuição dos fatores relacionados a prática dos docentes na escola acerca do estudo/discussões sobre gênero na escola, fica identificado que os estudantes, de forma unânime, percebem que os docentes não estão suficientemente preparados para lidar e tratar de assuntos relacionados a relações de gênero.

“Na tabela 5 temos a distribuição dos tipos de assuntos que os alunos acham que podem ser abordados na escola a fim de trabalhar o tema gênero. Através dela verifica-se que os temas em que os alunos mais concordam que pode ajudar no trabalho de gênero da escola são: valores humanos (98,3%, 230 casos), Bullying (93,6%, 219 casos) e história da mulher na sociedade (93,6%, 219 casos). Ainda, as estratégias que os alunos mais discordam que possa ajudar no trabalho do tema gênero em sala de aula são: inserir o tema gênero no currículo escolar (32,2%, 75 casos), o comportamento preconceituoso na escola (12,4%, 29 casos) e violência sexual (8,1%, 19 casos)” OLIVEIRA (2012).

Tabela 5. Distribuição dos tipos de assuntos que podem ser abordados na escola a fim de trabalhar o tema gênero.

Fatores avaliados	Concordo Totalmente	Concordo	Discordo	Discordo Totalmente
1. Bullying	140(59,8%)	79(33,8%)	11(4,7%)	4(1,7%)
2. Valores humanos	136(58,1%)	94(40,2%)	3(1,3%)	1(0,4%)
3. Não há necessidade	8(3,4%)	8(3,4%)	68(29,1%)	150(64,1%)
4. Violência sexual	124(53,0%)	91(38,9%)	15(6,4%)	4(1,7%)
5. História da mulher na sociedade	129(55,1%)	90(38,5%)	14(6,0%)	1(0,4%)
6. Cultura e Diversidade	120(51,5%)	96(41,2%)	16(6,9%)	1(0,4%)
7. Inserir o tema gênero no currículo escolar	70(30,0%)	88(37,8%)	57(24,5%)	18(7,7%)
8. O comportamento preconceituoso na escola	117(50,0%)	88(37,6%)	18(7,7%)	11(4,7%)

Fonte: OLIVEIRA (2012)

“Na tabela 6 temos a distribuição das implicações que o estudo sobre gênero na escola influenciaria na formação do aluno. Através dela observa-se que 91,9% (215 casos) dos alunos concordam que o trabalho de gênero na escola ampliaria a aprendizagem dele e, ainda, 91,9% (215 casos) deles discordam/discordam totalmente que o trabalho sobre gênero lhes traria sentimentos negativos. Com relação implicações de conhecimentos humanos como consequência da prática do estudo sobre gênero, 95,7% (224 casos) dos alunos concorda que a prática do gênero lhes traria conhecimentos sobre esses direitos. Com relação a queda no rendimento escolar, baixa autoestima, dificuldades de relacionamento, desinteresse pelo assunto e revolta, mais de 81% dos alunos discordaram que o ensino sobre gênero venha lhes trazer essas implicações e ainda 91,1% (213 casos) dos alunos afirmam que o estudo de gênero vai lhes trazer uma nova opinião sobre o tema” OLIVEIRA (2012).

Tabela 6. Distribuição das implicações que o estudo sobre gênero na escola influenciaria na formação do aluno.

Fatores avaliados	Concordo Totalmente	Concordo	Discordo	Discordo Totalmente
1. Ampliaria a aprendizagem	129(55,1%)	86(36,8%)	13(5,6%)	6(2,5%)
2. Sentimentos negativos	4(1,7%)	15(6,4%)	123(52,6%)	92(39,3%)
3. Conhecimento de direitos humanos	125(53,4%)	99(42,3%)	8(3,4%)	2(0,9%)
4. Queda no rendimento escolar	7(3,0%)	12(5,1%)	103(44,0%)	112(47,9%)
5. Baixa autoestima	7(3,0%)	17(7,2%)	105(44,9%)	105(44,9%)
6. Dificuldades de relacionamento	6(2,6%)	18(7,7%)	93(39,7%)	117(50,0%)
7. Desinteresse pelo assunto	7(3,0%)	33(14,1%)	103(44,0%)	91(38,9%)
8. Revolta	3(1,3%)	19(8,1%)	93(39,7%)	119(50,9%)
9. Uma nova opinião sobre o tema	109(46,7%)	104(44,4%)	16(6,8%)	5(2,1%)

Fonte: OLIVEIRA (2012)

“A partir dos dados levantados com os questionários vê-se questões que instigam leituras e maiores entendimentos sobre estudos do tema em questão, relações de gênero, ou até mesmo de outras modalidades que de forma direta ou indireta interfira positivamente no conhecimento científico e amplie o conhecimento cultural do educando” OLIVEIRA (2012).

A partir da perspectiva dos educadores entrevistado sobre relações de gênero e a inserção deste tema na escolas por meio dos currículos, “é importante notar a semelhança nas falas dos S1, S2, S4 e S5, no que diz respeito à construção do conhecimento do estudante em prol da transformação da sociedade, e estas falas assemelham-se ao pensamento do autor Fernandes quando o mesmo enfatiza a necessidade de a escola superar a alienação que a mesma tem e que perpassa por muito tempo historicamente, e que assim se possa realmente desenvolver a formação integral do participante na esfera sócio educacional” OLIVEIRA (2012). Pode se perceber que na opinião de diversos sujeitos acordaram o quanto se faz

importante e necessário que a instituição de ensino trabalhe um tema de tão grande importância para a formação do aluno, como é o caso do tema Relações de Gênero.

Para reiterar as falas dos sujeitos é necessário citar o estudo de (VIANNA & UNBEHAUM, 2006, p. 416) quando fala sobre a elaboração do PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais), entre 1995 e 1997, que teve por objetivo nortear os currículos do Ensino Fundamental e Médio em todo o território nacional, representando um importante passo na inclusão da perspectiva de gênero na educação.

E segundo OLIVEIRA (2012) é importante notar a aproximação entre as falas dos sujeitos e autores no que se refere sobre Relações de Gênero, pois esta necessidade de se trabalhar este tema está nas falas do dia-a-dia do educador assim como está assegurada, segundo Viana, nos Parâmetros Curriculares Nacionais, um documento federal que serve para orientar o trabalho pedagógico na educação básica brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem dúvida a escola assume um papel muito importante na vida do cidadão, quando este faz uma relação de formação educacional nesta instituição, e é a partir do olhar de um espaço formador, que se deve trazer à tona discussões relevantes sobre relações de gênero, e o sua inserção necessária aos currículos escolares. Segundo Marques (2009) a escola é uma instituição social que tem um papel fundamental nesta formação (de valores e práticas que visem o respeito às diferenças e à construção da diversidade). Assim, assume uma posição protagonista nesta discussão, no sentido de que é um espaço de formação humana e, portanto, de construção de valores e práticas.

Com a perspectiva de apontar o quanto é importante para o crescimento em conhecimento cultural do cidadão, trazer a discussão e tentar compreender de que maneira acontecem estudos a cerca das Relações de Gênero, e como se apresentam nos currículos escolares, trago algumas referências bibliográficas, assim como o estudo na Escola de Referência em Ensino Médio da cidade de Panelas, e entendo que se faz necessário abordagens teóricas, científicas e práticas para tratar um tema de tão grande importância para a construção de conhecimento do educando, assim como a construção sócio-cultural do deste. O que mais importa neste artigo, é tentar fazer com que a inquietação não cesse, e que de forma ampla, faça com que não permaneça de forma velada o trabalho que se refere as relações de gênero na educação dentro das escolas, e assim, haja uma construção do estudante mais conhecedor de práticas culturais, independente da formação biológica do ser, se tenha o

respeito e o conhecimento como base para a construção de educação mais efetiva e democrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Branca Moreira, PITANGUY, Jaqueline. O que é feminismo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- APPLE, Michael. Ideologia e Currículo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982;
- ARROYO, Miguel G. Currículo, território em disputa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- CAMURÇA, Sílvia e GOUVEIA, Taciana. O que é gênero. Recife: Cadernos SOS CORPO, 2000.
- FERNANDES, Uirá. O Currículo na encruzilhada pós-moderna – o estudo de caso de uma escola pública. São Paulo: FEUSP, 2007. 20
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. (7ª. Ed.) Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- MARQUES, Luciana Rosa. Protagonismo escolar em diversidade, diferenças e direitos. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2009, p. 65-74.
- MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Indagação sobre Currículo: currículo, conhecimento e cultura. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008, p.48.
- NOGUEIRA, Daniela Macias. Gênero e sexualidade na educação. I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas, Universidade Estadual de Londrina, 2010, p. 13-21.
- OLIVEIRA, Nivalda Mércia de, et al. Relações de gênero a nível de currículo e prática docente. 2012.
- ROLDÃO, Maria do Céu. Formar para a excelência profissional – pressupostos e rupturas nos níveis iniciais da docência. Educação & Linguagem, ano 10, nº 15, Jan./Jun. 2007, p. 18-42.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e realidade. V. 20(2), jul./dez.1995, p. 88.
- STRECK, Danilo R. Rousseau & a educação. 2ª edição, Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- VIANNA, C.; UNBEHAUM, S. Gênero na educação básica: quem se importa? Uma análise de políticas públicas no Brasil. *Educação e Sociedade*, Campinas, v.28, n. 95, maio-ago, 2006;